

“Nós, bichas”. “Nós, mulheres”. “Nós, negras”. “Nós”, pronome que performatiza a força interpelativa de uma coletividade. E, quando quem fala por mim, incluindo-me neste “nós”, termina por visibilizar-me? E se eu não quiser me incluir, negando-me à visibilidade política? Quem pode falar pelo outro? O debate sobre quem tem direito e poder de falar sobre as múltiplas vozes que se escondem (ou constituem) neste “nós” não cessa de se multiplicar. A pergunta de Gayatri Spivak (*Pode o subalterno falar?*) desdobra-se em outras tantas: Quem pode falar pel@s subaltern@s? “Falar” no sentido de anunciar publicamente um repertório discursivo que vem ao mundo com desejo de verdade. Quando fechamos o foco de observação em torno de alguns ativismos (por exemplo, lésbico, gay, trans e travesti), a aparente existência de um sujeito coletivo estável desaparece. Neste processo de questionamento de uma suposta ontologia dos sujeitos coletivos dois livros, recentemente lançados, são fundamentais para nos inspirar em nossas reflexões e ativismos: *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*, de Leandro Colling (EdUFBA, 2015) e *Incursiones queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil*, de Rafael De la Dehesa (versão e-book em: <http://sxpolitics.org/.../incursiones-queer-en-la-esfera.../3044>).

Durante vários meses (entre 2013 e 2014), Leandro Colling ficou imerso na realidade dos ativismos LGBTTs da Espanha, Portugal, Chile e Argentina para responder às perguntas: Precisamos apenas trabalhar com a afirmação das identidades? Quais os limites desses marcos legais e políticos que giram em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades? O autor entrevistou 35 ativistas, fez uma densa revisão bibliográfica e participou de reuniões em diversos coletivos nos países pesquisados. Se há alguma dúvida que a oposição “teóricos *versus* ativistas” é mais uma das enganosas binaridades, este livro joga definitivamente por terra esta suposição. Parte considerável da bibliografia acionada por Leandro é produzida por ativistas que são acadêmicos. Outro efeito desta obra é deslocar nossa atenção do eixo Estados Unidos-Inglaterra-França para novas possíveis interlocuções, contribuindo, assim, para romper a hegemonia que estes países têm assumido na geopolítica do conhecimento, inclusive no âmbito dos estudos/ativismos transviad@s.

Ao nos conduzir para as entranhas dos debates nesses países, chegamos à primeira conclusão: não existe "o" movimento LGBTT nacional. Deparamo-nos, ao contrário, com a própria precariedade da noção de "cultura/identidade nacional" para entendermos a multiplicidade de vozes, desejos e projetos coletivos que habitam as mesmas fronteiras.

Há uma agenda política relativamente comum entre estes países. Os debates de maior visibilidade giram em torno do 1) casamento entre pessoas do mesmo sexo; 2) adoção; 3) a lei de identidade de gênero; 4) leis antidiscriminação. Pode-se concluir, portanto, que há um considerável dispêndio de energia voltada para o Estado. É o Leviatã que assume seu protagonismo na definição de agendas e disputas. Esta agenda e as táticas de luta, no entanto, estão longe de qualquer consenso entre os ativismos.

Ao conhecer as disputas que estão em curso nos países pesquisados por Leandro, me peguei várias vezes rindo sozinha. A leitura fazia cócegas no meu pensamento. É reconfortante saber que há milhares de pessoas, em tantos lugares, criando novas formas de se indignar. Mas, como nomear essas experiências teórico-políticas que se organizam e se apresentam como uma alternativa aos movimentos LGBTTs *mainstream*? Queer? Transviado? Dissidências? Transmaricabollo? Esta é outra porta de discussão que o livro abre. Sabemos da importância dos nomes. No entanto, para além das pluralidades das identificações, há um núcleo potente compartilhado por essas dissidências: a luta contra a essencialização das identidades e a insistência na interseccionalidade como metodologia analítica e política.

Em *IncurSIONES queer en la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil*, De la Dehesa faz uma genealogia e arqueologia dos caminhos percorridos pelos ativismos LGBT (utilizo a sigla como é citada pelo autor) mexicanos e brasileiros no processo de constituição de sujeitos políticos que entram na esfera política, inaugurando os discursos dos direitos em torno das sexualidades e dos gêneros dissidentes. Publicado, inicialmente, em inglês, o livro é resultado da tese de doutorado do autor que, ao longo de quase 10 anos, realizou extensas pesquisas em arquivo; 268 entrevistas em profundidade com ativistas do movimento LGBT de ambos os países, ativistas de partidos políticos, funcionários públicos, aliados e opositores; consultou em profundidade as fontes primárias em arquivos pessoais e de organizações. Uma extensa bibliografia produzida em cada país e uma potente discussão teórica em torno das categorias analíticas biopolítica, sexualidade, hibridismo e liberalismo, entre outras, atravessa as quase 500 páginas.

A cada capítulo desenha-se uma análise refinada e crítica dos processos que levaram ativistas LGBT mexicanos e brasileiros a ocuparem o espaço público e, ao fazer isso, negaram o protagonismo explicativo de suas existências à medicina e às ciências psi (psiquiatria, psicanálise e psicologia), campos do conhecimento historicamente autorizados a falar sobre e pelas homossexualidades. O esforço analítico de Rafael está voltado, prioritariamente, para o debate sobre as estratégias e, não, para os resultados de determinadas ações políticas dos ativismos LGBT. Seu objetivo principal foi sublinhar as relações de poder e os processos de seleção, de tensões e fissuras que estruturaram as tendências predominantes nos planos nacional e transnacional.

Seguindo caminho próximo ao percorrido na pesquisa de Colling, adentramos, aqui, a história tentacular dos ativismos, deitando por terra a ideia de que existe “o movimento”. Como efeito desta lente interpretativa, “o gay”, “a lésbica” como sujeitos políticos unívocos cedem lugar a uma polifonia de sujeitos coletivos em torno das sexualidades e gêneros. Este mesmo movimento de complexificação está presente quando são discutidos os sentidos para a “esfera pública”, este composto heterogêneo, com organizações singulares, parâmetros institucionais e culturais que definem os próprios termos em que as disputas acontecem.

Esses dois livros também nos ajudam a problematizar a oposição “global *versus* local”. Este é um debate em que, atualmente, estamos complementemente imersos a partir dos sentidos que atribuímos à tradução cultural das teorias/ativismos *queer*. A luta em torno dos direitos dos LGBT já nasce inserida em um contexto globalizado, sendo, portanto, difícil (ou mesmo empobrecedor) demandar uma originalidade fora desses fluxos globalizados de teorias, ativismos e encontros. Há duas dimensões que não podem ser confundidas: a necessária crítica decolonial à geopolítica do conhecimento e que segue de perto a geopolítica econômica (ou seja, é do império econômico que também nasce a ciência imperial) e, em segundo lugar, o equívoco de uma demanda por uma originalidade do pensamento nacional. Somos tod@s de segunda mão. Entender as singularidades de determinados contextos histórico-político-culturais não é o mesmo que demandar “uma identidade original” que exigiria uma teoria pura – cheirando à caipirinha e com gosto de feijoada.

A primeira mobilização pública do ativismo gay e lésbico no Brasil já trouxe a marca dos discursos transnacionais: as mobilizações pela suspensão da utilização do parágrafo 302.0 do CID (Código Internacional de Doenças) que patologizava a homossexualidade. Somos levad@s a pensar que as assinaturas culturais “originais” das teorias e das agendas se perdem quando entram em jogos de disputas internas aos campos sociais concretos. Talvez o mais difícil seja entender a vida das teorias e das políticas vinculando-as a agentes e campos sociais concretos. E desafio é prontamente assumido e realizado nas pesquisas de Colling e De la Dehesa.